Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO
Consolidado e Individual

Demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Demonstrações financeiras

em 31de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 5
Balanços patrimoniais	6 - 7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12 - 95

KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 1.122 - 13º
30130-918 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 509
30123-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
ABC Indústria e Comércio S.A. – ABC INCO
Uberlândia – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ABC Indústria e Comércio S.A. – ABC INCO ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da ABC Indústria e Comércio S.A. – ABC INCO em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ABC Indústria e Comércio S.A. – ABC INCO em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ABC Indústria e Comércio S.A. – ABC INCO essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

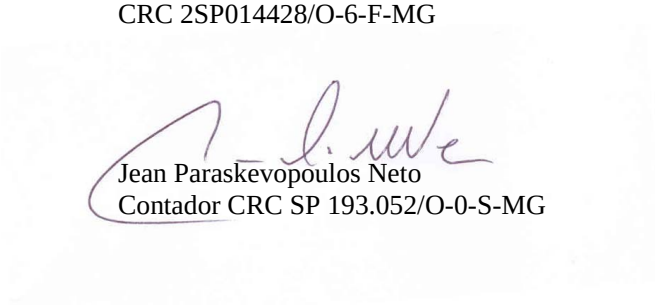
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC SP 193.052/O-0-S-MG

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Balanços Patrimoniais

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Individual	
Ativo	**Nota**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Caixa e equivalentes de caixa	4	278.413	151.485	278.005	149.100
Aplicações financeiras	5	50.515	-	50.515	-
Contas a receber de clientes	6	90.605	49.055	87.951	47.149
Estoques	7	429.582	413.822	423.300	410.367
Ativos biológicos	8a	13.042	11.374	-	-
Impostos a recuperar	9a	22.164	27.316	21.376	26.370
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10a	3.099	1.889	3.099	1.889
Dividendos a receber	18	-	-	3.249	2.349
Outros créditos		7.674	11.836	6.933	11.033
Total do ativo circulante		**895.094**	**666.777**	**874.428**	**648.257**
Impostos a recuperar	9a	2.672	2.350	2.052	1.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	17.826	17.244	16.280	16.991
Depósitos judiciais	16	5.381	5.186	4.826	4.629
Outros créditos		1.344	1	1	1
Investimentos	11a	27	27	150.076	147.188
Ativos biológicos	8b	8.053	8.887	-	-
Imobilizado	12	442.446	416.874	258.426	233.539
Intangíveis	13	3.366	4.331	2.687	4.205
Total do ativo não circulante		**481.115**	**454.900**	**434.348**	**408.247**
Total do ativo		**1.376.209**	**1.121.677**	**1.308.776**	**1.056.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Balanços Patrimoniais

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Individual	
Passivo	**Nota**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Fornecedores e outras contas a pagar		38.521	39.368	36.859	38.287
Empréstimos e financiamentos	14	627.265	443.326	626.723	442.804
Impostos, taxas e contribuições	9b	7.919	12.556	6.941	11.577
Imposto de renda e contribuição social	10a	4.024	-	1.986	-
Salários, provisões e encargos sociais		7.291	7.354	6.634	6.743
Dividendos a pagar	17e	6.078	6.309	6.078	6.309
Adiantamentos de clientes		17.377	3.762	16.117	3.042
Derivativos de moeda	15	6.196	-	6.196	-
Outras obrigações		2.077	2.488	990	1.561
Total do passivo circulante		**716.748**	**515.163**	**708.524**	**510.323**
Empréstimos e financiamentos	14	214.790	172.203	213.604	170.834
Impostos, taxas e contribuições	9b	9.105	10.704	3.004	3.869
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	2.275	2.376	2.275	2.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	79.979	84.927	28.374	33.438
Provisões	16	2.212	4.876	2.059	4.804
Outras contas a pagar		729	570	565	-
Total do passivo não circulante		**309.090**	**275.656**	**249.881**	**215.323**
Patrimônio líquido	17				
Capital social		153.249	153.249	153.249	153.249
Reserva de lucros		46.846	26.788	46.846	26.788
Ajustes de avaliação patrimonial		150.276	150.821	150.276	150.821
Total do patrimônio líquido		**350.371**	**330.858**	**350.371**	**330.858**
Total do passivo		**1.025.838**	**790.819**	**958.405**	**725.646**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.376.209**	**1.121.677**	**1.308.776**	**1.056.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Demonstrações de Resultados

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto o resultado básico e diluído por ação, expresso em reais)

		Consolidado		Individual	
	Nota	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Receita operacional líquida	19	1.132.520	910.624	1.112.452	887.042
Custo das mercadorias e produtos vendidos	20	(963.048)	(722.025)	(950.783)	(706.523)
Lucro bruto		**169.472**	**188.599**	**161.669**	**180.519**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	21	(74.959)	(60.834)	(74.907)	(60.734)
Despesas administrativas	22	(28.840)	(22.555)	(26.257)	(21.613)
Outras despesas operacionais	23	(2.340)	(5.718)	(1.755)	(5.208)
Outras receitas operacionais	24	2.257	2.011	1.285	1.538
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	3.789	4.192
Resultado antes das despesas financeiras liquidas e imposto de renda e contribuição social		**65.590**	**101.503**	**63.824**	**98.694**
Receitas financeiras	25	314.936	208.567	314.761	208.517
Despesas financeiras	25	(349.005)	(269.475)	(348.752)	(268.890)
Despesas financeiras líquidas		**(34.069)**	**(60.908)**	**(33.991)**	**(60.373)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**31.521**	**40.595**	**29.833**	**38.321**
Imposto de renda e contribuição social	10c	(5.930)	(14.029)	(4.242)	(11.755)
Resultado líquido do exercício		**25.591**	**26.566**	**25.591**	**26.566**
Resultado por ação					
Resultado básico e diluído por ação ordinária (18.736.776 ações) em R$				1,28	1,33
Resultado básico e diluído por ação preferencial (1.243.662 ações) em R$				1,28	1,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado e Individual						
		Reserva de Lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	153.249	5.979	-	4.173	-	151.373	314.774
Realização do custo atribuído s/ investimento, líquido de impostos	-	-	-	-	196	(196)	-
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	-	356	(356)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.566	-	26.566
Constituição de reserva legal	-	1.328	-	-	(1.328)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.309)	-	(6.309)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(4.173)	-	-	(4.173)
Retenção de lucros	-	-	19.481	-	(19.481)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	153.249	7.307	19.481	-	-	150.821	330.858
Realização do custo atribuído de controlada, líquido de impostos	-	-	-	-	196	(196)	-
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	-	349	(349)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	25.591	-	25.591
Constituição de reserva legal	-	1.280	-	-	(1.280)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(6.078)	-	(6.078)
Retenção de lucros	-		18.778	-	(18.778)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	153.249	8.587	38.259	-	-	150.276	350.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Demonstrações dos fluxos de caixa

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	25.591	26.566	25.591	26.566
Ajustes para:				
Depreciação	7.883	6.636	7.076	5.800
Amortização de ativos intangíveis	1.548	1.120	1.527	1.083
Baixas líquidas de imobilizado	1.232	449	860	438
Baixas líquidas de ativo biológico	834	-	-	-
Encargos financeiros e variação cambial	148.678	(4.160)	148.544	(4.179)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(3.789)	(4.192)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.530)	13.558	(4.353)	11.284
Ganhos (perdas) com derivativos	(124.714)	38.517	(124.714)	38.517
Atualização do estoque de *commodities*	54.326	(22.507)	54.326	(22.507)
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável com contas a receber de clientes	2.027	894	2.028	893
Mudança no valor justo dos ativos biológicos	(126)	-	-	-
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável em estoques	-	(4.685)	-	(2.125)
Reversão (constituição) de provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias, líquida	(176)	(485)	(257)	302
	111.573	55.903	106.839	51.879
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em aplicações de curto prazo	(50.515)	-	(50.515)	-
Aumento em contas a receber de clientes	(43.577)	(10.083)	(42.830)	(10.668)
Aumento em estoques	(69.960)	(14.820)	(67.259)	(17.693)
Aumento (redução) em ativos biológicos	(1.668)	1.101	-	-
Aumento em impostos a recuperar circulante e não circulante	4.830	4.152	4.636	3.886
Aumento em depósitos judiciais	(195)	(2.201)	(197)	(2.202)
Aumento em outros ativos circulante e não circulante	126.323	(2.857)	127.604	(2.462)
Redução (aumento) em fornecedores	(847)	11.979	(1.428)	11.582
Redução (aumento) em salários, provisões e encargos sociais	(63)	805	(109)	697
Redução (aumento) em impostos taxas e contribuições	(2.212)	4.711	(3.515)	2.359
Aumento (redução) em outros passivos circulante e não circulante	17.432	(4.380)	16.778	(3.548)
Caixa e equivalentes de caixa gerados nas atividades operacionais	91.121	44.310	90.004	33.829
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Em ativos biológicos - não circulante	-	(4.660)	-	-
Em ativo imobilizado	(34.547)	(11.130)	(32.832)	(9.287)
Em ativo intangível	(723)	(27)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	(35.270)	(15.817)	(32.832)	(9.287)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adição de empréstimos – Principal	873.211	652.287	872.931	643.587
Amortização de empréstimos - Principal e juros	(795.364)	(646.003)	(794.786)	(636.513)
Pagamento de dividendos	(6.309)	(3.162)	(6.309)	(3.162)
Redução de mútuo passivo/ativo	(361)	(813)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(101)	347	(103)	347
Amortização derivativos	-	(124.132)	-	(124.132)
Caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos	71.077	(121.476)	71.733	(119.873)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	126.928	(92.983)	128.905	(95.331)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.485	244.468	149.100	244.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	278.413	151.485	278.005	149.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Demonstrações do valor adicionado

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receitas	1.224.563	992.330	1.183.407	965.505
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.224.333	987.058	1.184.150	960.668
Outras receitas	2.257	6.166	1.285	5.730
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(2.027)	(894)	(2.028)	(893)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.109.265)	(846.608)	(1.079.050)	(832.819)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(967.697)	(641.681)	(953.191)	(727.668)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(141.568)	(200.242)	(125.859)	(103.026)
Redução ao valor recuperável dos adiantamentos a fornecedores de soja	-	(4.685)	-	(2.125)
Valor adicionado bruto	115.298	145.722	104.357	132.686
Depreciação e amortização	(9.431)	(7.756)	(8.603)	(6.883)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	105.867	137.966	95.754	125.803
Valor adicionado recebido em transferência	314.936	208.567	318.550	212.709
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.789	4.192
Receitas financeiras	314.936	208.567	314.761	208.517
Valor adicionado total a distribuir	420.803	346.533	414.304	338.512
Distribuição do valor adicionado	(39.408)	(42.047)	(33.616)	(36.429)
Pessoal	(31.998)	(27.195)	(28.581)	(24.106)
Impostos, taxas e contribuições	(7.410)	(14.852)	(5.035)	(12.323)
Remuneração de capitais de terceiros	(349.726)	(271.609)	(349.019)	(269.208)
Despesas financeiras	(349.005)	(269.475)	(348.752)	(268.890)
Aluguéis	(721)	(2.134)	(267)	(318)
Remuneração de capitais próprios	(31.669)	(32.875)	(31.669)	(32.875)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.078)	(6.309)	(6.078)	(6.309)
Lucros retidos	(25.591)	(26.566)	(25.591)	(26.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Agro
ABC Indústria e Comércio S.A. - ABC INCO

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. A Companhia

A ABC Indústria e Comércio S.A – ABC INCO ("Algar Agro" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede à avenida José Andraus Gassani nº 2.464, Distrito Industrial, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 abrangem a Companhia e sua controlada ABC A&P.

Seus principais produtos são: farelo de soja, óleo degomado, óleo refinado e envasado e outros derivados do processamento da soja. Comercializa também azeite, óleo composto, molho e extrato de tomate sob a marca "ABC de Minas". Seus produtos atendem aos mercados interno e externo.

Com capacidade de esmagamento de 585 (1) mil toneladas de soja por ano em Minas Gerais e 487 (1) mil toneladas no Maranhão, a Companhia se evidencia como um dos mais significativos parques industriais de armazenamento e processamento de soja nesses Estados. A exportação de farelo e soja em grãos atualmente é destinada para países como Espanha, Holanda, França, Tailândia e Alemanha.

Na unidade de Porto Franco - Maranhão, inicialmente está sendo produzido o óleo degomado, destinado ao mercado interno e o "Farelo de Soja Raça Fort", que além de atender aos avicultores e suinocultores da região, tem parte de sua produção destinada à exportação. No segundo trimestre de 2011, iniciou-se a construção de uma planta de refino e envase, como extensão da planta de processamento já existente, com a finalidade de obter produtos com maior valor agregado, neste caso, o óleo refinado. A Companhia pretende com esse novo investimento ter uma melhor competitividade e maior *market share* nas regiões Norte e Nordeste, acompanhando a sua experiência no refino e envase do óleo "ABC de Minas" na região Sudeste.

A expansão tem previsão para ser concluída em meados de 2012, quando se iniciam as operações. Estão sendo empregados nesse investimento recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Companhia faz parte do Grupo Algar e é controlada pela Algar Agroalimentar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar Agroalimentar") que é a holding operacional do segmento de agronegócios. A *holding* do Grupo Algar é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A.").

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

b. Contexto operacional das controladas

ABC Agricultura e Pecuária S.A. ("ABC A&P") - Composta por um conjunto de fazendas localizadas nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Tem foco no plantio de grãos (entre eles soja, milho, feijão e outros) e criação de gado bovino de corte e de leite.

INCO GRAIN, LTD. ("INCO GRAIN") - Complementa as operações da Companhia, fomentando as operações de compra e venda no mercado externo dos produtos do complexo de soja e farelo. Está localizada nas Ilhas Virgens Britânicas.

			Participação acionária	
Controladas	**Nota**	**País**	**2011**	**2010**
ABC Agricultura e Pecuária S.A	11	Brasil	100%	100%
INCO GRAIN, LTD.	-	Ilhas Virgens Britânicas	100%	100%

2 Bases de preparação

a. *Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As presentes demonstrações financeiras incluem:

• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"); e

• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Contudo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Algar Agro e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Algar Agro e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Administração em 03 de fevereiro de 2012.

b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 7 – Estoques de *commodities*
Nota Explicativa 8 – Ativos biológicos
Nota Explicativa 16 – Provisões
Nota Explicativa 27 – Instrumentos financeiros derivativos

A liquidação das transações envolvendo as estimativas apresentadas nas notas explicativas abaixo poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação:

Nota Explicativa 7 – Estoques de *commodities*
Nota Explicativa 8 – Ativos biológicos
Nota Explicativa 10b – Imposto de renda e contribuição social diferidos
Nota Explicativa 12 – Imobilizado
Nota Explicativa 16 – Provisões
Nota Explicativa 27– Instrumentos financeiros derivativos

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da controlada ABC A&P. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A controlada no exterior INCO GRAIN está sendo tratada como extensão dos negócios no Brasil e, por isso, seus ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados com as demonstrações financeiras da controladora. A data base das demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação é coincidente com a da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados das Companhias incluídas na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas (transações intragrupo);
- das participações societárias no patrimônio líquido da controlada em contrapartida ao investimento da controladora;
- dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Companhias;

A participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado são destacadas em rubrica própria nas demonstrações financeiras.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Controlada no exterior - A controlada INCO GRAIN localizada nas Ilhas Virgens Britânicas não possui autonomia ou corpo gerencial próprio, e por isso, é considerada como uma extensão das atividades da controladora. Seus ativos, passivos, receitas e despesas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, na moeda funcional da controladora (Reais).

Transações em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax), vigente na data das demonstrações financeiras, sendo em 31 de dezembro de 2010: US$ 1,00 = R$ 1,6662 e 31 de dezembro de 2011: US$ 1,00 = R$ 1,8758.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e o encerramento do período são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável, e os de curto prazo são submetidos a esse ajuste quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

d. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos dos quais a Companhia e sua controlada têm a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, de taxa de juros e estoques de *commodities.*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são reconhecidas no resultado.

iv. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para as empresas que possuem operações de derivativos, os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40 possibilitam a aplicação da metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia registrou direto no resultado as receitas e despesas financeiras resultantes das operações com instrumentos financeiros derivativos, não adotando a metodologia de *Hedge Accounting.*

e. Ativos circulantes e não circulantes

i. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em conta movimento, saldos de caixa disponíveis no exterior referentes a recebimentos em trânsito relativos a contas a receber de transações no mercado externo, saldos de caixa disponíveis no exterior em contas de corretoras utilizados para margeamento de operações com derivativos, aplicações financeiras em moeda nacional e estrangeira, e saldo de caixa no exterior (INCO GRAIN). As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e variação cambial apurados até a data do balanço, que não excede ao valor de mercado.

Para as disponibilidades no mercado externo em dólares norte-americanos (“US$”), os saldos contábeis são convertidos para moeda nacional na data do balanço.

ii. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quanto aplicável. Compreende as vendas de produtos industrializados e comercializados no mercado interno. As operações de venda referente ao mercado externo possuem liquidação à vista e estão apresentadas em caixa e equivalentes de caixa, conforme Nota Explicativa 4.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

iii. Redução ao valor recuperável (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia e sua controlada utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

iv. Estoques

Os estoques de *commodities* (soja, milho, farelo de soja e óleo) da Companhia e sua controlada estão avaliados pelos valores justos. Para mitigar os riscos de preços causados pelas oscilações do mercado, a Companhia e sua controlada dispõem de uma política de uso de operações com futuros e opções para minimizar a exposição líquida de estoque de *commodities*. As alterações nos valores justos desses estoques são reconhecidas mensalmente no resultado financeiro. Essas *commodities* possuem liquidez e preços cotados em mercado ativo. Os valores justos são mensurados com base em preços cotados na Bolsa de Mercadorias de Chicago (CBOT).

Os adiantamentos concedidos a fornecedores de soja são realizados com base em contratos firmados com os produtores rurais onde são estabelecidas as condições de comercialização da soja. As modalidades operadas pela Companhia compreendem: a) Compras antecipadas onde são estabelecidos os preços, as quantidades e a data para entrega da soja; b) Adiantamentos com preço a fixar, nos quais são estabelecidos os encargos contratuais, a quantidade a ser comercializada e as condições futuras do prazo para fixação e da entrega da soja.

Os adiantamentos concedidos são atualizados pela variação cambial (quando aplicável) e monetária até a data do balanço, conforme disposições contratuais, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável.

Ganhos e/ou perdas líquidos não realizados nos contratos de compras e vendas a termo, contratos de futuros e opções de *commodities*, representam os valores justos desses instrumentos financeiros e são classificados no balanço da Companhia, sendo os seus efeitos registrados como resultado financeiro.

Os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou produção, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e tributos não recuperáveis. Os valores desses estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

v. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

A administração da Companhia e sua controlada efetuam análises periódicas junto a consultorias especializadas sobre os valores justos para os ativos biológicos. Quando existem evidências de ganho ou perda na variação dos valores justos, os valores são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram.

vi. Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

vii. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e provisões ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado, são reconhecidos nos saldos correntes destes ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios futuros por parte destes reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil ou por aumento de produtividade, e que os custos destas partes possam ser mensurados de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis econômicas estimadas de cada componente. Esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do contrato e as suas vidas úteis estimada, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Companhia e sua controlada, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

viii. Intangível

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia e sua controlada tiverem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo, e custos de empréstimos. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão Empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão Empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

ii. Benefícios a empregados

a. Planos de contribuição definida

A Companhia e sua controlada e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações pro contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia e sua controlada mantêm a política de não oferecer planos de previdência caracterizados como de benefício definido, mantendo somente os planos de contribuição definida que, conforme mencionado acima é administrado pela BrasilPrev, sobre a qual recaem todos os riscos.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A provisão para a participação dos empregados nos resultados é calculada com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas de especificas de custo e despesas.

iii. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Estes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e sua controlada levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma séria de julgamentos sobre eventos futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidas na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal do imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

iv. Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens ou que fazem parte das atividades ordinárias da Companhia e sua controlada são mensurados ao valor justo dos valores recebidos ou recebíveis, líquidos de devoluções, descontos comerciais e abatimentos monetários sobre certos tipos de transações. A receita operacional é reconhecida quando: (i) há evidência persuasiva da existência, geralmente na forma de contratos de venda já celebrados entre as partes, nos quais (ii) os riscos e benefícios da propriedade do bem tenham sido transferidos ao comprador, (iii) que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, e que (iv) os custos associados possam ser mensurados de forma confiável, assim como (v) as possíveis devoluções destes bens, (vi) quando não há mais envolvimento da gerência da Companhia sobre os bens vendidos e (vii) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

v. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem juros e variação cambial sobre investimentos realizados pela Companhia e sua controlada (incluindo aplicações financeiras e investimentos disponíveis para venda), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") e perdas em instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

g. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

h. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionadas (DVA) consolidadas e individuais nos termos do pronunciamento técnicas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Representa informação financeira adicional.

i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Durante o ano de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 normas novas ou revisadas (denominado "*package of five*"), endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades.

Essas normas serão aplicáveis para os períodos anuais que iniciarão em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo a sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Entretanto, é permitida a incorporação nas demonstrações financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem caracterizar a aplicação antecipadamente dessa norma e, consequentemente, das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19).

O "*package of five*" inclui as seguintes normas:

- IFRS 10 – "*Consolidated Financial Statements*",
- IFRS 11 – "*Joint Arrangements*",
- IFRS 12 – "*Disclosure of Interests in Other Entities*",
- IAS 27 – "*Separate Financial Statements*",
- IAS 28 – "*Investments in Associates and Joint Ventures*".

A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis à Companhia e a sua controlada, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pelo CFC. Em 2011, o IASB publicou também a IFRS 13 "*Fair Value Measurement*", que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1º. de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pelo CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis à Companhia e sua controlada, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pelo CFC.

A Companhia e sua controlada não estimaram a extensão dos impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

j. Patrimônio líquido

i. Reservas, dividendos e juros sobre capital próprio.

ii. Reserva de lucros**:** refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia a legal e reserva de retenção de lucros.

iii. Reserva legal**:** a Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

iv. Reserva de retenção de lucros: A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

v. Dividendos**:** é assegurado aos detentores das ações preferenciais (sem direito a voto) da Companhia o percentual mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido após dedução da reserva legal.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Caixa e bancos	20.416	5.670	20.008	5.613
Aplicações financeiras	200.255	59.451	200.255	57.123
Outros disponíveis **(a)**	57.742	86.364	57.742	86.364
	278.413	151.485	278.005	149.100

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 75% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário - ("CDI"), em moeda nacional e recursos aplicados no mercado externo, remunerados a taxas que variam de 0,16 a 1,5% a.a e variação cambial.

(a) Outros disponíveis estão compostos por:

	Consolidado e Individual	
	2011	**2010**
Numerários disponíveis contas a receber mercado externo	37.400	45.681
Numerários disponíveis corretoras CBOT - *Hedge* estoque	5.614	23.442
Numerários disponíveis corretoras CBOT - *NDF* moedas	14.728	17.241
	57.742	86.364

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e câmbio e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na Nota Explicativa 27.

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Aplicações financeiras	50.515	-	50.515	-

As aplicações financeiras acima se referem a operações vinculadas a empréstimos e financiamentos, títulos de capitalização e investimentos de conversão não imediata, com vencimentos superiores a 90 dias.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na Nota Explicativa 27.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Mercado interno	100.324	56.747	97.583	54.753
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.719)	(7.692)	(9.632)	(7.604)
	90.605	49.055	87.951	47.149

a. A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
A vencer	87.903	47.171	86.922	46.587
Vencidos até 30 dias	3.807	1.558	2.758	1.142
Vencidos entre 31 e 60 dias	368	789	245	253
Vencidos entre 61 e 90 dias	292	271	271	204
Vencidos entre 91 e 120 dias	92	232	92	231
Vencidos há mais de 120 dias	7.862	6.726	7.295	6.336
	100.324	56.747	97.583	54.753

b. A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Saldo inicial	(7.692)	(6.798)	(7.604)	(6.711)
Constituição de provisão no exercício, líquido	(2.027)	(894)	(2.028)	(893)
Saldo Final	(9.719)	(7.692)	(9.632)	(7.604)

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota Explicativa 27.

7 Estoques

Estoques e adiantamentos a fornecedores de soja

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Matérias-primas e materiais de consumo	145.027	68.153	141.200	68.147
Produtos em processos	32.233	42.272	32.233	42.272
Produtos acabados	6.390	9.477	6.173	6.082
Animais	7.441	10.234	-	-
Adiantamentos a fornecedores de soja	243.245	288.440	248.448	298.620
	434.336	418.576	428.054	415.121
Redução ao valor recuperável dos adiantamentos a fornecedores e outros	(4.754)	(4.754)	(4.754)	(4.754)
	429.582	413.822	423.300	410.367

A atualização dos estoques de soja, óleo degomado e farelo de soja (*commodities*) ao valor justo foi de R$ 13.876 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 22.507 em 31 de dezembro de 2010) reconhecido no resultado, no grupo de receitas (despesas) financeiras.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção de estoques *(hedge)*, conforme descrito na Nota Explicativa 27.

8 Ativos biológicos

A seguir, apresentamos a composição dos ativos biológicos da Companhia, através de sua controlada:

a. Culturas em formação – ativo circulante;

	Consolidado	
	2011	**2010**
Culturas em formação:		
Soja e milho	13.042	11.374

b. Culturas permanentes e animais (reprodutores e matrizes bovinos e suínos) - ativo não circulante;

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2010	**Adições (Baixas)**	**Saldo em 31/12/2011**
Culturas permanentes	1.500	(470)	1.030
Animais	7.387	(364)	7.023
Total valor justo	8.887	(834)	8.053

Em 31 de dezembro de 2011, a soja plantada referente a safra 2011/2012 abrange aproximadamente 6.827 hectares de plantação (Em 31 de dezembro de 2010 referente a safra 2010/2011: 7.471 hectares). O milho plantado, nessa mesma data, para a safra 2011/2012 abrange aproximadamente 2.304 hectares de plantação (Em 31 de dezembro de 2010 referente a safra 2010/2011: 1.672 hectares).

O saldo contábil de culturas em formação referente às plantações acima relacionadas representa os gastos de preparação do solo para a safra 2011/2012 e está mensurado ao custo incorrido.

A Companhia e sua controlada estão expostas a uma séria de riscos relacionados às suas plantações:

- Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a leis e regulamentos nas localidades em que opera. Foram elaborados procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- Risco de oferta e demanda

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quanto possível, a Companhia e sua controlada administram esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência do mercado ativo para garantir que a sua estrutura de preço esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

- Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia e sua controlada possuem processos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares e análises de doenças e pragas.

Critérios para mensuração dos ativos biológicos adotados pela Companhia e sua controlada

- Para as culturas em formação foram adotados o seguinte critério de mensuração:

A controlada ABC A&P está apresentando as suas culturas em formação de soja e milho mensuradas ao custo incorrido, uma vez que o término do período de plantio é próximo à data do balanço e não houve transformações biológicas relevantes em seus ativos relacionados às culturas temporárias e com ciclos curtos (aproximadamente 6 meses). As culturas em formação são mensuradas ao valor justo quando atingem o "ponto de colheita", com previsão para o final do primeiro trimestre do ano subsequente.

- Para os ativos biológicos bovinos (matrizes, reprodutores e animais em estoque):

A controlada ABC A&P está mensurando seus ativos biológicos bovinos a preço de mercado obtido através de laudo de consultoria especializa. O critério de avaliação se deu através das classificações zootécnicas dos animais com as características de categoria, idade, sexo, peso e padrão racial. A precificação dos animais se deu pela cotação no mercado local das respectivas unidades através dos preços cotados na BMF-Bovespa, CEPEA/USP, BeefPoint e leilões realizados em dezembro de 2011.

9 Impostos, taxas e contribuições

a. Impostos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
ICMS **(b)**	20.813	23.331	20.370	23.007
ICMS - ativo imobilizado **(a)**	2.672	2.274	2.052	1.694
PIS	148	244	45	87
COFINS	422	857	208	399
IRRF a compensar	603	2.731	583	2.729
Outros	178	229	170	148
Total	24.836	29.666	23.428	28.064
Parcelas do ativo circulante	22.164	27.316	21.376	26.370
Parcelas do ativo não circulante	2.672	2.350	2.052	1.694

(a) Os valores correspondentes ao "ICMS - ativo imobilizado" referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102 de 2000.

(b) Os valores correspondentes ao ICMS a recuperar se refere à aquisição de matérias-primas.

b. Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
PIS **(a)**	562	696	455	695
COFINS **(a)**	2.575	3.202	2.096	3.197
ICMS	414	3.469	313	3.346
Parcelamento Refis	6.404	7.708	6.281	6.992
Funrural	589	737	119	222
IRPJ e CSLL **(b)**	5.516	6.410	-	-
Outros	964	1.038	681	994
Total	17.024	23.260	9.945	15.446
Parcelas do passivo circulante	7.919	12.556	6.941	11.577
Parcelas do passivo não circulante	9.105	10.704	3.004	3.869

(a) Contribuições a pagar originadas das operações de venda de produtos e mercadorias da Companhia e sua controlada. Serão compensadas com os créditos ativos de mesma natureza quando do vencimento da contribuição.

(b) Contribuições a pagar de longo prazo, referentes a postergação de pagamento dos tributos em função de benefícios fiscais de depreciação acelerada da controlada.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a (pagar) compensar

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.024)	-	(1.986)	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social ativos	3.099	1.889	3.099	1.889
	(925)	1.889	1.113	1.889

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

b.1 Ativo

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL") diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Consolidado		Individual	
Ativo	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	7.423	6.329	7.423	6.329
Provisões processos cíveis, trabalhistas e tributários	481	2.854	481	2.750
Provisão para participação nos resultados	1.129	956	1.129	875
Provisão para perdas com créditos	2.298	1.791	2.298	1.791
Outros	1.773	748	640	748
	13.104	12.678	11.971	12.493
Contribuição social:				
Base negativa	2.672	2.278	2.672	2.278
Provisões processos cíveis, trabalhistas e tributários	174	1.028	174	990
Provisão para participação nos resultados	406	344	406	315
Provisão para perdas com créditos	827	645	827	645
Outros	643	271	230	270
	4.722	4.566	4.309	4.498
	17.826	17.244	16.280	16.991

A Companhia e sua controlada, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Administração, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e sua controlada estimam recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Consolidado	**Individual**
2012	5.686	4.140
2013	6.138	6.138
2014	6.002	6.002
	17.826	16.280

b.2 Passivo

Adicionalmente, a Companhia registrou IRPJ e CSLL diferidos, que apresentam a seguinte natureza:

	Consolidado		Individual	
Passivo	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Imposto de renda:				
Ganhos em transações com derivativos	535	5.317	535	5.317
Ajuste depreciação fiscal	1.350	-	1.185	-
Atribuição de custos do ativo imobilizado	56.923	57.129	19.135	19.270
	58.808	62.446	20.855	24.587
Contribuição social:				
Ganhos em transações com derivativos	192	1.915	192	1.914
Ajuste depreciação fiscal	486	-	438	-
Atribuição de custos do ativo imobilizado	20.493	20.566	6.889	6.937
	21.171	22.481	7.519	8.851
Total do passivo não circulante	79.979	84.927	28.374	33.438

c. Resultados do exercício:

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Contribuição social:				
Corrente	(3.114)	(133)	(2.320)	(133)
Diferida	1.497	(3.484)	1.150	(2.987)
	(1.617)	(3.617)	(1.170)	(3.120)
Imposto de renda:				
Corrente	(8.346)	(338)	(6.275)	(338)
Diferido	4.033	(10.074)	3.203	(8.297)
	(4.313)	(10.412)	(3.072)	(8.635)
	(5.930)	(14.029)	(4.242)	(11.755)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.521	40.595	29.833	38.321
Adição (exclusão) do resultado da equivalência patrimonial	-	-	(3.789)	(4.192)
Resultado após a exclusão da equivalência patrimonial	31.521	40.595	26.044	34.129
Imposto de renda e contribuição sociais pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(10.717)	(13.803)	(8.855)	(11.604)
Efeitos de adições permanentes e deduções de PAT	(743)	(226)	260	(151)
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	4.297	-	4.297	-
IR/CS diferido sobre provisão perda do estoque de animais	1.261	-	-	-
Outros	(28)	-	56	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(5.930)	(14.029)	(4.242)	(11.755)
Alíquota efetiva	19%	35%	16%	34%

11 Investimentos

a) Mutação dos investimentos:

	Consolidado	Individual
Saldos em 31 de dezembro de 2009	27	143.991
Dividendos	-	(995)
Equivalência patrimonial	-	4.192
Saldos em 31 de dezembro de 2010	27	147.188
Dividendos	-	(901)
Equivalência patrimonial	-	3.789
Saldos em 31 de dezembro de 2011	27	150.076

b) Informações sobre a controlada ABC A&P, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Capital social		Patrimônio líquido		Receita líquida		Resultado líquido do exercício	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
ABC A&P	36.192	36.192	150.049	147.161	37.728	40.413	3.789	4.192

	Ativo		Passivo	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
ABC A&P	226.083	224.928	76.034	77.767

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3, os ativos, passivos, receitas e despesas da INCO GRAIN são registrados diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia. O lucro líquido do exercício é de R$ 2.110 (Prejuízo de R$ 1.437 em 2010).

	ABC A&P	
	2011	**2010**
Quantidade de ações ou quotas possuídas:		
Ações ON	17.700.602	17.700.602
Ações PN	7.286.869	7.286.869
Percentual de participação direta da controladora:		
No capital social	100%	100%
No capital votante	100%	100%

12 Imobilizado

a) Movimentação do custo

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rências**	**Saldo em 31/12/2011**
Edificações e benfeitorias	132.827	89	-	242	133.158
Máquinas, aparelhos e equipamentos	96.819	23	-	749	97.591
Veículos	3.239	206	(853)	554	3.146
Tratores	1.049	355	-	-	1.404
Móveis e utensílios	1.471	9	(11)	25	1.494
Equipamentos de processamento de dados	2.291	3	(9)	62	2.347
Instalação de energia e climatização	10.639	-	-	-	10.639
Outros	3.075	9	-	280	3.364
Terrenos	227.081	-		129	227.210
Obras em andamento	2.796	33.853	(742)	(1.901)	34.006
	481.287	34.547	(1.615)	140	514.359

b) Movimentação da depreciação

		Consolidado				
	Vida útil média (anos)	**Saldo em 31/12/2010**	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rências**	**Saldo em 31/12/2001**
Edificações e benfeitorias	50	(21.668)	(2.978)	-	-	(24.646)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20	(35.533)	(3.607)	-	-	(39.140)
Veículos	5	(1.231)	(401)	369	-	(1.263)
Tratores	25	(782)	(35)	-	-	(817)
Móveis e utensílios	12	(884)	(71)	5	-	(950)
Equipamentos de processamento de dados	3	(2.187)	(70)	9	-	(2.248)
Instalação de energia e climatização	20	(1.543)	(552)	-	-	(2.095)
Outros		(585)	(169)	-	-	(754)
Total depreciação		(64.413)	(7.883)	383	-	(71.913)
Saldo		416.874	26.664	(1.232)	140	442.446

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c) Movimentação do custo

	Individual				
	Saldo em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rências**	**Saldo em 31/12/2011**
Edificações e benfeitorias	113.742	-	-	100	113.842
Máquinas, aparelhos e equipamentos	90.737	-	-	578	91.315
Veículos	2.487	-	(710)	527	2.304
Tratores	513	-	-	-	513
Móveis e utensílios	1.162	-	(11)	25	1.176
Equipamentos de processamento de dados	2.253	-	(9)	62	2.306
Instalação de energia e climatização	10.639	-	-	-	10.639
Outros	3.075	-	-	255	3.330
Terrenos	61.009	-	-	125	61.134
Obras em andamento	2.514	32.832	(437)	(1.681)	33.228
	288.131	32.832	(1.167)	(9)	319.787

d) Movimentação da depreciação

	Vida útil média (anos)	Individual				
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2001
Edificações e benfeitorias	50	(15.879)	(2.258)	-	-	(18.137)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20	(32.621)	(3.679)	-	-	(36.300)
Veículos	5	(896)	(298)	293	-	(901)
Tratores	25	(246)	(21)	-	-	(267)
Móveis e utensílios	12	(670)	(63)	5	-	(728)
Equipamentos de processamento de dados	3	(2.154)	(61)	9	-	(2.206)
Instalação de energia e climatização	20	(1.543)	(552)	-	-	(2.095)
Outros		(583)	(144)	-	-	(727)
		(54.592)	(7.076)	307	-	(61.361)
Saldo		233.539	25.756	(860)	(9)	258.426

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

a. Revisão da vida útil

A Companhia e sua controlada efetuam revisão periódica da vida útil dos ativos imobilizados, as quais não sofreram alterações quando comparadas ao ano anterior.

b. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia efetua periodicamente análises com base em fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração e não identificou indícios de que seus ativos pudessem estar registrados por valores superiores ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2011.

c. Obras em Andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, iniciou-se, no segundo trimestre deste ano, a construção de uma planta de refino e envase como extensão da planta de processamento já existente em Porto Franco – Maranhão, com a finalidade de obter produtos com maior valor agregado, neste caso o óleo refinado.

13 Intangível

a. Movimentação do custo

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rência**	**Saldo em 31/12/2011**
Marcas e patentes	2.965	16	-	-	2.981
Sistemas de informação	4.903	707	-	(140)	5.470
	7.868	723	-	(140)	8.451

b. Movimentação da amortização

		Consolidado				
	Vida útil média (anos)	**Saldo em 31/12/2010**	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rência**	**Saldo em 31/12/2011**
Marcas e patentes	13	(2.216)	(276)	-	-	(2.492)
Sistemas de informação	3	(1.321)	(1.272)	-	-	(2.593)
		(3.537)	(1.548)	-	-	(5.085)
Saldo		4.331	(825)	-	(140)	3.366

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c. Movimentação do custo

	Individual				
	Saldo em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rência**	**Saldo em 31/12/2011**
Marcas e patentes	2.964	-	-	-	2.964
Sistemas de informação	4.671	-	-	9	4.680
	7.635	-	-	9	7.644

d. Movimentação da amortização

		Individual				
	Vida útil média (anos)	**Saldo em 31/12/2010**	**Adições**	**Baixas**	**Transfe-rência**	**Saldo em 31/12/2011**
Marcas e Patentes	13	(2.240)	(275)	-	-	(2.515)
Sistemas de Informação	3	(1.190)	(1.252)	-	-	(2.442)
		(3.430)	(1.527)	-	-	(4.957)
Saldo		4.205	(1.527)	-	9	2.687

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

a. Revisão da vida útil

A Companhia e sua controlada efetuam revisão periódica da vida útil dos ativos intangíveis, os quais não sofreram alterações quando comparados ao ano anterior.

14 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Individual	
Investimento em imobilizado:	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Linha de crédito: F.N.E - Fundo de Financiamento do Nordeste Assinatura e encerramento do contrato: 12/2005 e 02/2020 Taxa de juros atual: 10% a.a. Pagamento principal e juros: amortizações em 39 parcelas trimestrais, sendo a primeira em 19/09/2008. Bônus adimplência: redução de 15% sobre os encargos financeiros (taxa de juros do contrato), mantendo os pagamentos pontuais de acordo com a amortização das parcelas	111.273	120.825	111.273	120.825
Linha de crédito: FIND - Fundo Incentivo à Industrialização Assinatura e encerramento do contrato: 01/2006 e 06/2012 Taxa de juros: IPCA + 6% a.a. Pagamento principal: amortização em 60 parcelas mensais, sendo a primeira em 07/2007	921	2.582	921	2.582
Linha de crédito: Contratos com BNDES Assinatura e encerramento do contrato: 07/2006 e 03/2020 Taxa de juros: TJLP + 6% a.a. Taxa de juros: UMBNDES + 6% a.a. + 5,881232% Taxa de juros: 5,50% a.a. Pagamento principal: amortização em 84 parcelas mensais, sendo a primeira 15/09/2007	11.511	2.071	11.511	2.071
Linha de crédito: Nota de Crédito Pignoratícia Assinatura e encerramento do contrato: 10/2007 e 06/2018 Taxa de juros: TJLP + 5,50% a.a.	633	1.824	-	-
Total investimento em imobilizado	124.338	127.302	123.705	125.478

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

	Consolidado		Individual	
Capital de giro:	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Adiantamento de contratos de câmbio ("ACC") e Pré-pagamento Assinatura dos contratos vigentes: a partir de 08/2011 para pré-pagamento. Demais a partir de 11/2010 Encerramento dos contratos vigentes: última parcela em 11/2012 e 07/2012 para pré-pagamento Taxa de juros: variando de Libor 2,4% a 5,0% a.a. acrescido de variação cambial	489.447	256.362	489.447	256.362
Nota Cédula de Crédito Industrial e Exportação Assinatura dos contratos vigentes: a partir de 04/2010 Encerramento dos contratos vigentes: última parcela em 04/2022 Taxa de juros: IRP (Índice de Reajuste da Poupança), e CDI + taxas variando entre 9% e 12,40% a.a.	212.395	201.657	212.106	201.657
Procer e Comercialização Assinatura dos contratos vigentes: a partir de 05/2010 Encerramento dos contratos vigentes: última parcela em 06/2012 Taxa de juros: 11,25% a.a	15.875	30.208	15.069	30.141
Total em capital de giro	717.717	488.227	716.622	488.160
Total empréstimos e financiamentos	842.055	615.529	840.327	613.638
Menos: parcelas circulantes	627.265	443.326	626.723	442.804
Parcelas não circulantes	214.790	172.203	213.604	170.834

Os financiamentos de longo prazo referem-se, principalmente, a linhas de créditos tomadas junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") e Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), FNE e BNDES, destinadas ao financiamento dos projetos de instalação de linha de embalagens ("PET"), armazéns, e instalação de nova planta industrial no Estado do Maranhão e expansão da refinaria nesta unidade.

A variação das captações de giro no exercício foi destinada ao financiamento da safra de 2012.

Para os empréstimos de capital de giro, incluindo os ACCs, a Companhia oferece garantias, tais como: Penhor da soja e aval.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que contenham cláusulas restritivas ("covenants") na data de 31 de dezembro de 2011.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, havia um contrato com cláusulas restritivas, as quais foram integralmente atendidas.

Os empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam os seguintes prazos de vencimento, em 31 de dezembro de 2011:

	Consolidado	Individual
2013	149.084	148.685
2014	14.323	14.014
2015	13.527	13.397
2016 até 2022	37.856	37.508
	214.790	213.604

15 Derivativos de moedas

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
*Swap*s e NDFs a pagar	6.196	-	6.196	-

16 Provisões e depósitos judiciais

	Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributários**	**Cíveis e Outros**	**Total**
Provisões em 31 de dezembro de 2010	913	345	3.618	4.876
Depósitos judiciais	(2.302)	(188)	(2.696)	(5.186)
Provisões (Depósitos judiciais), líquidos	(1.389)	157	922	(310)
Saldo em 1º de janeiro de 2011	913	345	3.618	4.876
Adições	285	506	1.003	1.793
Baixas	(528)	(506)	(3.424)	(4.457)
Provisões em 31 de dezembro de 2011	670	345	1.197	2.212
Depósitos judiciais	(2.210)	(290)	(2.881)	(5.381)
Provisões (Depósitos judiciais), líquidos	(1.540)	55	(1.684)	(3.169)

	Individual			
	Trabalhistas	**Tributários**	**Cíveis e Outros**	**Total**
Provisões em 31 de dezembro de 2010	842	345	3.617	4.804
Depósitos judiciais	(1.745)	(188)	(2.696)	(4.629)
Provisões (Depósitos judiciais), líquidos	(903)	157	921	175
Saldo em 1º de janeiro de 2011	842	345	3.617	4.804
Adições	205	87	1.002	1.294
Baixas	(528)	(87)	(3.424)	(4.039)
Provisões em 31 de dezembro de 2011	519	345	1.195	2.059
Depósitos judiciais	(1.659)	(286)	(2.881)	(4.826)
Provisões (Depósitos judiciais), líquidos	(1.140)	59	(1.686)	(2.767)

A Companhia e sua controlada estão se defendendo de diversas demandas judiciais de caráter fiscal, cível e trabalhista. Os consultores jurídicos externos e internos da Companhia e sua controlada efetuaram levantamento, avaliação e quantificação de diversas ações cujos processos não prevêem expectativa de êxito para a Companhia e sua controlada, considerados, portanto, como perdas prováveis, sendo registradas provisões para contingências de acordo com estas expectativas.

Processos cíveis

O valor registrado como provisões na rubrica de processos cíveis trata-se basicamente de ações no âmbito judicial referente à descontinuidade de contratos de armazenagem junto a prestadores de serviço. A variação ocorrida no ano se refere a conclusões de processos judiciais movidos nesta esfera.

Contingências não provisionadas

Os processos não contabilizados pertencentes à Companhia e sua controlada no montante aproximado de R$ 5.446 em 31 de dezembro de 2011 e R$ 2.331 em 31 de dezembro de 2010, referem-se a demandas de caráter fiscal e cível com grau de risco considerado possível de acordo com os pareceres de consultores jurídicos externos e internos da Companhia e sua controlada:

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia inteiramente subscrito e integralizado é de R$ 153.249, e está representado por 19.980.438 ações, divididas em 18.736.776 ações ordinárias e 1.243.662 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

c. Reserva lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado para reserva de lucros conforme disposição da Lei 11.638/2007, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração, com base em orçamento a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Saldo proveniente da atribuição de custos para as classes de terrenos e edificações para a Companhia e sua controlada, líquido dos efeitos tributários, conforme adoção inicial dos novos pronunciamentos do CPC e das IFRS.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado pela constituição da reserva legal.

Os dividendos propostos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstrados a seguir:

	Individual	
	2011	**2010**
Resultado do exercício	25.591	26.566
Reserva legal - 5%	(1.280)	(1.328)
Lucro base para distribuição de dividendos	24.311	25.238
Dividendos propostos (25%)	6.078	6.309

	Individual	
Dividendos por classes de ações	**2011**	**2010**
Dividendos- Ações ordinárias (18.736.776 ações):		
Valor unitário (em R$)	0,30	0,32
Total ON	5.700	5.917
Dividendos - Ações preferenciais (1.243.662 ações):		
Valor unitário (em R$)	0,30	0,32
Total PN	378	392
Total dos dividendos (19.980.438 ações)	6.078	6.309

18 Transações com partes relacionadas

	Consolidado				
	2011				2010
	ABC A&P	Algar Agroalimentar	Algar S.A. e outros	Total	Total
Ativos:					
Circulante					
Outros créditos	-	-	1.106	1.106	-
Passivos:					
Circulante					
Outras obrigações	-	-	(606)	(606)	(332)
Dividendos a pagar	-	(4.565)	(1.513)	(6.078)	(6.309)
Não circulante					
Outras obrigações	-	-	(131)	(131)	(492)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(2.275)	(2.275)	(2.376)
Resultado:					
Despesas administrativas	-	-	(5.224)	(5.224)	(2.071)

	Individual				
	2011				2010
	ABC A&P	Algar Agroalimentar	Algar S.A. e outros	Total	Total
Ativos:					
Circulante					
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	65
Estoques - adiantamentos a fornecedores de soja (a)	5.203	-	-	5.203	10.180
Dividendos a receber	3.249	-	-	3.249	2.349
Passivos:					
Circulante					
Fornecedores	(149)	-	-	(149)	-
Outras obrigações	-	-	(554)	(554)	(307)
Dividendos a pagar	-	(4.565)	(1.513)	(6.078)	(6.309)
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	-	-	(2.275)	(2.275)	(2.378)
Resultado:					
Despesas administrativas	-	-	(4.746)	(4.746)	(1.920)

(a) O saldo de estoque - adiantamentos a fornecedores junto à controlada ABC A&P refere-se contratos de adiantamentos efetuados com o objetivo de custear a cultura em formação de soja para a safra de 2012.

(b) A Algar S.A., controladora indireta, incorreu em gastos tais como auditoria interna, assessoria jurídica, recursos humanos e treinamento de pessoal, entre outros, relacionados à Administração do Grupo, que são repassados às respectivas controladas pelos seus valores efetivos.

Remuneração dos Administradores:

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários são computadas como despesas gerais e administrativas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado e Individual	
	2011	**2010**
Salários e outros benefícios de curto prazo	2.597	2.589

19 Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Produtos e mercadorias:				
Commodities grãos	412.445	358.756	430.105	358.756
Commodities óleo degomado e farelo	448.677	343.880	448.677	343.880
Óleo envasado	299.696	251.858	299.696	251.858
Valor justo ativos biológicos	126	-	-	-
Outros*	52.824	32.564	12.767	6.175
Total de receita bruta	1.213.768	987.058	1.191.245	960.669
Impostos sobre vendas	(78.943)	(73.429)	(76.687)	(70.732)
Devoluções e abatimentos	(2.305)	(3.005)	(2.106)	(2.895)
Total de receita operacional líquida	1.132.520	910.624	1.112.452	887.042

(*) É composto pelas operações de vendas de gado bovino e suíno, leite e revenda de mercadorias com a marca ABC de Minas.

20 Custos das mercadorias e produtos vendidos

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Custo de aquisição de matéria prima e insumos	(881.793)	(648.824)	(887.404)	(659.885)
Pessoal	(15.999)	(13.793)	(13.476)	(11.238)
Materiais	(9.476)	(4.815)	(4.285)	(3.075)
Serviços de terceiros	(46.406)	(34.064)	(37.956)	(24.995)
Depreciação e amortização	(7.674)	(7.510)	(6.886)	(6.583)
Outros	(1.700)	(13.019)	(776)	(747)
	(963.048)	(722.025)	(950.783)	(706.523)

21 Despesas de vendas

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Pessoal	(4.600)	(3.869)	(4.599)	(3.868)
Materiais	(60)	(157)	(60)	(157)
Serviços de terceiros	(67.711)	(55.430)	(67.710)	(55.332)
Depreciação e amortização	(235)	(250)	(235)	(250)
Outros	(2.353)	(1.128)	(2.303)	(1.127)
	(74.959)	(60.834)	(74.907)	(60.734)

22 Despesas administrativas

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Pessoal	(11.399)	(9.534)	(10.506)	(9.001)
Materiais	(507)	(472)	(494)	(469)
Serviços de terceiros	(13.000)	(9.853)	(11.882)	(9.475)
Depreciação e amortização	(1.522)	(979)	(1.482)	(951)
Outros	(2.412)	(1.717)	(1.893)	(1.717)
	(28.840)	(22.555)	(26.257)	(21.613)

23 Outras despesas operacionais

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Ociosidade industrial	(968)	(4.119)	(968)	(4.119)
Outras despesas	(1.372)	(1.599)	(787)	(1.089)
	(2.340)	(5.718)	(1.755)	(5.208)

24 Outras receitas operacionais

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	1.569	577	1.079	317
Outras receitas	688	1.434	206	1.221
	2.257	2.011	1.285	1.538

25 Despesas financeiras, líquidas

	Consolidado		Individual	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receitas de aplicação financeira	3.346	5.197	3.289	5.167
Juros sobre contas recebidas em atraso	-	2.106	-	2.102
Variação cambial ativa	30.993	10.430	30.993	10.430
Ganhos com derivativos e marcação a mercado de *commodities*	269.999	165.940	269.999	165.940
Juros impostos, taxas, contribuições e depósitos judiciais	-	303	-	303
Juros ativos sobre adiantamentos a fornecedores de soja	10.302	17.288	10.195	17.288
Outras receitas financeiras	296	7.303	285	7.287
Total das receitas financeiras	314.936	208.567	314.761	208.517
Juros sobre empréstimos	(57.823)	(47.231)	(57.688)	(46.783)
IOF e outros	(1.109)	(578)	(1.109)	(578)
Variações cambiais passivas	(86.936)	(12.954)	(86.936)	(12.954)
Descontos concedidos	(339)	(659)	(336)	(645)
Taxas e tarifas bancárias	(1.718)	(2.579)	(1.717)	(2.515)
Perdas com derivativos e marcação a mercado de *commodities*	(199.611)	(197.683)	(199.611)	(197.683)
Outras despesas financeiras	(1.469)	(7.791)	(1.355)	(7.732)
Total das despesas financeiras	(349.005)	(269.475)	(348.752)	(268.890)
Despesas financeiras, líquidas	(34.069)	(60.908)	(33.991)	(60.373)

26 Benefícios a empregados - Planos de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e sua controlada e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

i. Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;

ii. Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e sua controlada o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a contribuição relativa à parcela da controladora foi de aproximadamente R$ 243 e no consolidado foi de aproximadamente R$ 284.

27 Instrumentos financeiros derivativos

a. Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, que são gerenciados por meio de estratégias operacionais e por controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Dada as características do mercado de atuação da Companhia e sua controlada, os principais fatores de risco de mercado às quais estão expostas são a volatilidade das taxas de câmbio, de juros e dos preços das *commodities* e seus derivados. Com o objetivo de reduzir as exposições do fluxo de caixa aos riscos de mercados são definidas estratégias, previamente aprovadas pelo Conselho de Administração, que incluem a utilização de instrumentos financeiros derivativos. A Diretoria Executiva, responsável pela execução da estratégia, avalia continuamente o posicionamento da Companhia e sua controlada para cada risco identificado de acordo com diretrizes e estratégias preestabelecidas. As estratégias buscam exclusivamente a proteção dos ativos e passivos operacionais e financeiros, expostos à variação de taxa de câmbio, juros ou preços e não contemplam operações alavancadas em mercados derivativos.

Com relação aos limites relativos à exposição financeira, a administração definiu tais limites em função do elevado número de transações, de vencimentos e de volumes envolvidos. Esses limites permitem que a Companhia e sua controlada possam desenvolver e estruturar suas operações da forma mais adequadas ao seu fluxo operacional.

Os riscos relacionados à exposição financeira são monitorados diariamente por meio da elaboração de relatórios de gestão e análises de riscos elaborados pela área financeira. A Companhia e sua controlada realizam operações de compras e vendas a termo de *commodities*. Esses contratos fazem parte de suas atividades operacionais. Porém, pelas características nas quais são negociadas, com preço fixo, desembolso inicial inexistente e entrega ou recebimento de *commodities* em data futura, configuram-se como instrumentos financeiros derivativos.

Como forma de proteção dos riscos existentes até o momento do recebimento do produto ou sua entrega, a Companhia e sua controlada operam na CBOT com contratos futuros e opções de *commodities*, utilizados para proteção da exposição ao risco de oscilação dos preços de mercado das compras e vendas a termo de *commodities*.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

Para as estimativas dos valores justos dos instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 foram consideradas os seguintes métodos e premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Contas a receber de clientes - mercados interno e externo: decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, são classificados como mantidos até o vencimento, estão registrados pelos seus valores originais, ajustados pela variação cambial, quando aplicável, e sujeitos a provisão para perdas. Os valores contabilizados se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Adiantamentos a fornecedores (produtores de soja): são oriundos das operações de aquisição de soja da Companhia e sua controlada e estão contabilizados pelos valores contratuais e corrigidos monetariamente, os quais são equivalentes ao valor de mercado. Estes valores estão sujeitos à provisão para perdas.

- Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional e estrangeira) e adiantamentos de clientes: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

As posições, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, dos instrumentos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada eram as seguintes:

	Consolidado					
	2011			2010		
	Nacional	Moeda estrangeira	Total	Nacional	Moeda estrangeira	Total
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	24.245	254.168	278.413	63.958	87.527	151.485
Aplicações curto prazo	50.515		50.515	-	-	-
Contas a receber	39.051	51.554	90.605	49.055	-	49.055
Estoque	64.773	173.718	238.491	154.894	128.791	283.685
Outros créditos	6.364	-	6.364	4.675	-	4.675
Total do circulante	184.948	479.440	664.388	272.582	216.318	488.900
Não-circulante						
Outros créditos	1.106	-	1.106	-	-	-
Total não circulante	1.106	-	1.106	-	-	-
Total do ativo	186.054	479.440	665.494	272.582	216.318	488.900
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	137.818	489.447	627.265	186.879	256.447	443.326
Adiantamentos de clientes	17.377	-	17.377	3.762	-	3.762
Fornecedores	38.521	-	38.521	39.368	-	39.368
Total do circulante	193.716	489.447	683.163	230.009	256.447	486.456
Não-circulante						
Empréstimos e financiamentos	214.790	-	214.790	172.203	-	172.203
Débitos com partes relacionadas	3.012	-	3.012	492	-	492
Total no não-circulante	217.802	-	217.802	172.695	-	172.695
Total do passivo	411.518	489.447	900.965	402.704	256.447	659.151
Dívida financeira, líquida	225.464	10.007	235.471	130.122	40.129	170.251

	Individual					
	2011			2010		
	Nacional	Moeda estrangeira	Total	Nacional	Moeda estrangeira	Total
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	23.837	254.168	278.005	61.573	87.527	149.100
Aplicações curto prazo	50.515		50.515	-	-	-
Contas a receber	36.397	51.554	87.951	47.149	-	47.149
Estoques	69.976	173.718	243.694	165.075	128.791	293.866
Outros créditos	5.665	-	5.665	4.006	-	4.006
Dividendos a receber	3.249	-	3.249	2.349	-	2.349
Total circulante	189.639	479.440	669.079	280.152	216.318	496.470
Total do ativo	189.639	479.440	669.079	280.152	216.318	496.470
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	137.276	489.447	626.723	186.357	256.447	442.804
Adiantamentos de clientes	16.117	-	16.117	3.042	-	3.042
Fornecedores	36.859	-	36.859	38.287	-	38.287
Total do circulante	190.252	489.447	679.699	227.686	256.447	449.673
Não-circulante						
Empréstimos e financiamentos	213.604	-	213.604	170.834	-	170.834
Débitos com partes relacionadas	8.907	-	8.907	-	-	-
Total no não-circulante	222.511	-	222.511	170.834	-	170.834
Total do passivo	412.763	489.447	902.210	398.520	256.447	620.507
Dívida financeira, líquida	223.124	10.007	233.131	118.368	40.129	124.037

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia e sua controlada e as respectivas notas explicativas onde foram tratadas estão demonstradas abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4);
- Contas a receber (Nota Explicativa 6);
- Adiantamentos a fornecedores de soja (Nota Explicativa 7); e
- Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa14).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 considerou os seguintes métodos e premissas:

- **Contratos futuros e opções (CBOT)**: - os valores de mercado dos contratos futuros e de opções de soja, farelo e óleo foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo (corretoras) onde esses instrumentos financeiros são negociados.

- ***Swaps* :** Para os *Swaps* utilizados para versão dos custos dos empréstimos contratados em moeda nacional, considerou-se a mesma prática contábil aplicada aos empréstimos e financiamentos.

- ***Non Deliverable Forward* (“NDF”)**: os valores de mercado dos contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados.

- **Contratos a termo:** o valor justo é obtido mediante utilização de dados de mercado na data da apuração (CBOT), referente aos componentes que formam os preços de negociação para estas operações.

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem as estratégias de proteção de preços e de taxas de câmbio e de juros estabelecidas pela Companhia e sua controlada.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possuía as seguintes posições com instrumentos financeiros derivativos:

	Consolidado e Individual			
	2011		2010	
	Valor notional (R$)	Valor justo (R$)	Valor notional (R$)	Valor justo (R$)
Non-deliverable forwards				
CBOT	81.234	14.728	112.983	17.241
Banco Pine	207.848	(6.483)	2.534	41
Contratos *Swap*				
Swap de Taxas de Juros	55.000	287	55.729	5.359
Total derivativos de moedas	344.083	8.532	171.246	22.641
Contratos futuros	500.168	5.614	459.886	23.442
Contratos a termo de *commodities*	323.607	38.237	354.200	93.538
Total de derivativos de *commodities*	823.775	43.850	814.086	116.980

A Companhia e sua controlada mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos, que na opinião da Administração são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. A controlada não possuía operações com derivativos em 31 de dezembro de 2011.

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos que são atualizados pelas cotações dos preços de mercado divulgados pelas bolsas de mercadorias CBOT;

Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço), ou seja, valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo, que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.

Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado, ou seja, valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na entidade. O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto *inputs* oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda a termo de commodities que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações. Esses inputs incluem preços orientados pela ESALQ, Safras e Mercados, CBOT, e os itens não observáveis em função da estrutura de gastos da Companhia.

A Companhia e sua controlada evidenciam no quadro abaixo, os seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	Consolidado e Individual							
	2011				**2010**			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Contratos *Non Deliverable Forward* (NDF)	14.728	-	-	**14.728**	17.241	-	-	**17.241**
Contratos de opções (*Commodities*)				**-**	-	-	-	**-**
Contratos de futuros (*Commodities*)	5.614	-	-	**5.614**	23.442	-	-	**23.442**
Contratos *SWAPs*	-	(6.196)	-	**(6.196)**	-	5.400	-	**5.400**
Contratos a termo	-	-	38.237	**38.237**	-	-	93.538	**93.538**
Estoque de *commodities*	-	-	13.876	**13.876**	-	-	22.507	**22.507**

O valor justo é realizado sobre os contratos de compra e venda que já possuem preços fixados, porém ainda não foram recebidos, levando em consideração para a valorização o preço de mercado ao final de cada período, reconhecendo assim uma perda ou ganho pela diferença existente entre os dois preços, essa diferença é contabilizada no resultado do período, na linha de receitas (despesas) financeiras.

A Companhia e sua controlada auferiram ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado e Individual					
	2011			2010		
	Efeito no Balanço Patrimonial		Efeitos no resultado (*)	Efeito no Balanço Patrimonial		Efeitos no resultado (*)
	Ativo Circulante	Passivo Circulante		Ativo Circulante	Passivo Circulante	
Riscos cambiais						
NDF (CBOT)	14.728	-	14.076	17.241	-	3.615
Swap e NDF	-	(6.196)	(6.443)	5.400	-	24.774
Opções de moeda	**14.728**	**(6.196)**	**7.633**	**22.641**	**-**	**28.389**
Operações com *commodities*						
Operações a termo	38.237	-	(55.301)	93.538	-	93.538
Operações com futuros de *commodities*	5.614	-	117.081	23.442	-	(132.055)
	43.851	**-**	**61.780**	**116.980**	**-**	**(38.517)**
	58.579	(6.196)	69.413	139.621	-	(10.128)

(*) Composto dos resultados das operações realizadas e não realizadas.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia e sua controlada realizam suas análises de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado pela administração.

A Companhia e sua controlada acompanham e analisam somente as variações nos preços de *commodities*, variação cambial e variação nas taxas de juros como fatores principais de risco.

Preços das *commodities*

A Companhia e sua controlada realizam suas análises de sensibilidade dos preços de *commodities* com base nos cenários abaixo:

Cenário I- considerado como referencial pela Companhia e sua controlada: são os preços (marcados a mercado) das *commodities* dos derivativos negociados pela Companhia e com posições em aberto na data de fechamento. Com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias e corretoras de origem nacional e internacional.

Cenário II e III - este cenário considera uma oscilação negativa (deterioração) de 25% e 50% sobre os preços (marcados a mercado) das *commodities* dos derivativos negociados pela Companhia e com posições em aberto na data de fechamento.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

Operações	**Cenário provável (I)**	**Cenário (II) Deterioração de 25%**	**Cenário (III) Deterioração de 50%**
Contratos de compra a termo	38.237	(52.224)	(142.685)
Contratos futuros e opções de *commodities*	5.614	127.750	248.992
Estoques de *commodities*	13.876	(26.894)	(67.663)

Câmbio e taxas de juros

A Companhia e sua controlada incluem na análise de sensibilidade da variação cambial e taxas de juros com base nos cenários abaixo:

Cenário I- considerado como referencial pela Companhia e sua controlada: obtido através da cotação do câmbio a R$ 1,8758/US$ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil.

Cenário II e III - redução sobre as taxas CDI e cambio – este cenário considera redução (deterioração) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) dos derivativos financeiros contratados pela Companhia e sua controlada e com posições em aberto na data de fechamento.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

Operações	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
NDFs (CBOT)	14.728	37.352	59.991
NDFs (Pine)	(6.483)	20.637	50.171
SWAP	287	17.101	33.260
Total	8.532	75.090	143.422

f. Gerenciamento de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. Através de treinamentos e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo Algar supervisiona a forma na qual a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de risco da Companhia e sua controlada, e revisa a estrutura de risco determinada. O comitê de auditoria conta com um time de auditoria interna na execução de suas atribuições. Este time de auditoria interna realiza procedimentos regulares e esporádicos nas políticas e procedimentos de risco e resultado destes procedimentos é reportado para o comitê de auditoria.

Risco de preços de commodities

No curso normal de suas operações, a Companhia e sua controlada operam comprando soja em grãos e vendendo soja e seus derivados, farelo e óleo. Os preços da soja estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, rendimento de safra, custos com transporte, custos de armazenagem, política agrícola do governo, taxas de câmbio e os preços destas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

Neste contexto, a Companhia e sua controlada realizam operações financeiras de "*hedge*", sem fins especulativos, com objetivo único de proteção de seus ativos contra oscilações de preço da soja e derivados no mercado internacional. Como parte do programa de gerenciamento de riscos, a Companhia e sua controlada utilizam instrumentos financeiros derivativos que incluem contratos futuros e contratos de opções de compra e venda de *commodities*. Os riscos de variação de preços são cobertos por contratos de compra e venda de soja grãos, farelo de soja e óleo de soja na CBOT. A política da Companhia exige um mínimo de 95% de cobertura ("hedge") de sua posição comprada em grãos. A opção pela utilização de contratos de opções visa dar flexibilidade no gerenciamento de margens e volumes ao longo do ciclo comercial do negócio, especialmente em períodos de forte volatilidade.

Os ganhos e as perdas com essas operações, bem como as variações dos valores justos das opções são reconhecidos no resultado do período, na rubrica de receitas (despesas) financeiras.

Risco de taxa de câmbio, juros e operações com derivativos

O risco de taxa cambial é o risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. As principais exposições à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar norte Americano em relação ao Real. O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alteração de política monetária no mercado interno e externo, etc.

Os preços dos produtos comercializados pela Companhia e sua controlada, soja em grãos, óleo e farelo de soja, são referenciados pela cotação internacional destes produtos e do Dólar Norte americano, enquanto uma parte significativa dos custos, despesas, investimentos e endividamento, são indexados em Reais. Sendo assim, os fluxos de caixa da Companhia e sua controlada estão continuamente exposto à volatilidade do Dólar e das taxas de juros, especialmente em função da oscilação do Real frente ao Dólar, já que existe uma parcela de custos e de despesas em Reais.

Para mitigar o risco e diminuir a exposição em relação à volatilidade da moeda estrangeira e seus efeitos sobre as contas em Reais da Companhia e sua controlada, a Administração tem utilizado instrumentos financeiros derivativos, tais como *NDFs e Swap* de moeda e taxa de juros, cujo objetivo é cobrir eventuais posições descobertas e sujeitas a efeitos de flutuações cambiais e de juros. As operações de derivativos não tem desembolsos iniciais, sendo devidas apenas nos respectivos vencimentos.

As operações de *swap* possuem a sua posição ativa e passiva estimadas de acordo com as condições de mercado, trazidas a valor presente. A diferença decorrente de variações entre as posições ativas e passivas dos contratos de *swap* resulta no valor justo desse derivativo no período correspondente.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Os ganhos e perdas nas operações decorrentes das diferenças nas variações das taxas contratadas sobre as taxas de *swap* e NDFs são registrados no resultado do período pelo regime de competência como despesa ou receita com derivativos. Com base nas taxas efetivas, em 31 de dezembro de 2011, o valor justo de todas as modalidades de *swap* e NDFs totalizavam o valor a receber de R$ 8.432(R$ 22.641 em 31 de dezembro de 2010), consolidado, registrado na rubrica de outros créditos em contrapartida de receitas financeiras.

Abaixo, resumo da exposição líquida da Companhia e sua controlada ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Consolidado e Individual	
	(US$ mil) 2011	**(US$ mil) 2010**
Clientes	47.422	27.416
Caixa e equivalentes de caixa	104.716	698
Swap ativo	-	-
Contratos de NDFs ativo (opções cambiais)	7.851	10.347
Estoques pagos e adiantamentos a fornecedor de soja	142.380	180.307
Hedge (CBOT)	2.993	14.069
Total exposição ativa	306.002	232.837
Empréstimos e financiamentos	260.927	153.911
Operações de *swap* passivo	32.966	55.729
Contratos de NDFs passivo	-	2.534
Total exposição passiva	293.893	212.174
Exposição líquida	12.109	20.663

Risco de crédito

A Companhia e sua controlada monitoram continuamente o crédito concedido aos produtores de soja e aos seus clientes de óleo e farelo, bem como o nível de inadimplência. O risco de crédito concentra-se nas contas a receber proveniente da venda do óleo e do farelo e no adiantamento de recursos aos produtores de soja. O risco de crédito é administrado por normas específicas que contemplam regras para aceitação de clientes, análise de crédito de clientes e de produtores de soja e estabelecimento de limites de exposição por cliente e produtor.

A Companhia e sua controlada operam no mercado antecipando a compra de soja para garantir a matéria prima necessária à ocupação da capacidade da indústria e operações de *trading*. Os negócios são realizados nas modalidades de compra antecipada, com preço "a fixar" e "fixado", com possibilidade de adiantamento de recursos financeiros para o produtor. O limite de crédito para cada produtor é definido de acordo com os seguintes critérios: histórico, capacidade real de produção, definida de acordo com a produtividade média da região e limitado a um percentual da sua receita estimada. Além disso, através dos agentes comerciais da Companhia, são acompanhadas todas as etapas de produção junto aos seus produtores, desde a preparação do solo, plantio, tratamentos culturais até a colheita, com o objetivo de assegurar a entrega da soja pelos mesmos. Nestas operações, são exigidas as seguintes garantias: penhor agrícola (hipotecário ou pignoratício), penhor agrícola de toda a área da produção financiada e, se necessário, o aval. Nos casos de adiantamento de recursos financeiros com valor superior a R$ 50 ainda é exigida garantia real de 200% do valor adiantado (hipoteca de 1º grau).

No crédito aos clientes, a análise é subdivida em Pessoa Física e Jurídica. Através da documentação solicitada é feita a avaliação individual do crédito, sendo que os limites são definidos avaliando-se a média de movimentação do cliente junto ao mercado (mediante consultas, principalmente na concorrência), informações bancárias (tradição, conceito e operação), volume de compras e pontualidade junto ao mercado. Também é observado na determinação do limite o conhecimento global do cliente (produto, mercado, porte, estrutura, estratégias e comando - verificados através de visitas aos clientes).

Risco de liquidez

A Administração da Companhia e sua controlada gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação são como segue:

	Consolidado - 2011				
Passivos financeiros não derivativos:	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**1-2 anos**	**3-5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos bancários	842.055	915.693	784.684	81.822	49.187

	Individual - 2011				
Passivos financeiros não derivativos:	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**1-2 anos**	**3-5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos bancários	840.327	913.733	783.625	81.156	48.952

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia e sua controlada, assim como aos colaboradores, tecnologia e infra-estrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia e sua controlada é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Administração da Companhia e sua controlada, sendo auxiliada pela Auditoria Interna da *holding* do grupo econômico, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

Gestão de Capital

A política da Companhia e sua controlada em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia e sua controlada são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

28 Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratarem cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e riscos diversos, era composta por R$ 660 para danos materiais, divididos em: R$ 102 para estoque, R$ 243 para máquinas, móveis e utensílios, R$ 97 para instalações prediais, R$ 123 para lucros cessantes e R$ 95 para veículos.

*****

Conselho de Administração

Luiz Alberto Garcia - Presidente
Luiz Alexandre Garcia - Vice-Presidente
Alexandrino Garcia Neto - Membro
Eliane Garcia Melgaço – Membro
Mário Grossi – Membro
Hélio Marcos Machado Graciosa - Membro
Walter Fontana Filho - Membro
Darc Antônio da Luz Costa - Membro
Ozires Silva - Membro
Eduardo Moreira da Costa – Membro
Geraldo Sardinha Pinto Filho - Membro

Diretoria

Luiz Alexandre Garcia - Diretor Presidente
Leonardo Oliveira de Freitas Sousa - Diretor Superintendente
Ademir Simão da Silva - Diretor Industrial
Gustavo Fernandes Guimarães - Diretor Financeiro

Contador

José Donizetti dos Santos
TC CRC MG 45.186